

Cidade, experiência, memória: aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos

Emilio Gonzalez¹ - PPG-PUCSP

A cidade de Foz do Iguaçu viveu um processo de crescimento intenso nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 1970, tornando-se objeto de ações de diferentes grupos que buscam se construir no poder, estruturando sua hegemonia através da produção de significados e interpretações sobre a cidade e seus moradores. Por outro lado, a cidade também é palco de sujeitos que resistem a essa dominação, construindo para e sobre si representações nem sempre fáceis de serem percebidos ou decifrados, mas muito importantes se pensados enquanto elementos de proteção e como trincheira de luta.

O foco do nosso trabalho tem se centrado no diálogo com as experiências de moradores de duas áreas ocupadas no decorrer da década de 1990. O trabalho não prioriza o “fenômeno” do crescimento urbano de Foz do Iguaçu, e sim a forma como seus moradores foram se inserindo e agindo sobre ele, entendendo-os assim como sujeitos produtores do espaço urbano construído e transformado. Com este propósito, temos buscado apontar a percepção que esses moradores têm sobre o local em que vivem; como entendem suas “lutas” no contexto de construção física da cidade; como “valorizam” sua experiência como ocupantes; de que estratégias lançaram mão para sobreviver em meio a esse processo; que expectativas projetam para a área, etc.

A perspectiva que norteia a realização desse trabalho parte da idéia de que uma cidade é palco de uma intensa luta política, travada sobretudo no âmbito da cultura. Inicialmente, procuramos pensá-la historiograficamente: quais são as evidências dessa luta, como ela se materializa, que vestígios dela podemos encontrar, como podemos decodificar esses sinais e as memórias impregnadas e imbricadas nessas lutas? Como explicar que a luta pela intervenção no espaço físico de Foz do Iguaçu seja protagonizada justamente por aqueles grupos que aparentemente estão excluídos do poder e dos centros institucionais de decisão da cidade?

¹ Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC /SP. Endereço eletrônico para contato: elparaguaio@yahoo.com.br

Torna importante situar o sujeito que intervém nesse espaço e perceber a(s) maneira(s) como essa intervenção se manifesta. Ocupar uma área estratégica para o avanço do capital pode ser pensada com uma forma de resistência. Cooptar políticos e lideranças em torno da luta por moradia pode constituir uma outra faceta do mesmo processo. Ceder algumas vezes, calar-se diante do inimigo, vitimizar-se ou qualquer outra ação aparentemente “conformista” pode constituir-se parte importante das estratégias de luta e sobrevivência de uma população diante da incerteza do despejo, da prisão e da possibilidade de negociação dos lotes.

Decorre disso que a produção de significados e a luta pela hegemonia da cidade expressam-se também nos campos de memórias, construídos para explicar, narrar e categorizar valores e concepções. Isso porque estamos lidando com indivíduos que percebem ao seu modo sua condição de sujeitos da História dessa cidade e, dessa forma, criam significados para narrar suas ações nesse cotidiano, como lembra Ivone Cordeiro Barbosa:

Quando falamos de percepção, estamos falando de indivíduos concretos, vivendo experiências concretas existindo numa dimensão social e cotidianidade. O cotidiano emerge como espaço social preenchido de historicidade, uma vez que é nessa dimensão do viver que se cruzam vários eixos temporais, referidos à experiências concretas dos indivíduos e à percepção que têm delas. (BARBOSA: 1997, p.297)

A luta, nesse caso, é travada pelo direito de se representar. Dizer o que é certo ou errado, o que é permissível e o que é proibido, o que é ético e antiético, o que é sagrado e o que é profano, etc., são aspectos reivindicados por seus moradores na construção de sua memória. Memória perceptível não apenas através de seus depoimentos orais, mas também na forma como são construídas suas casas, muros, jardins e ruas. Esses elementos constituem aspectos dessa cultura urbana. São monumentos e fortalezas presentes nas memórias de cada morador, tornando-se uma espécie de “patrimônio”. Nesses monumentos são projetados valores, gostos, técnicas e costumes. Permitem que essa população aparentemente “excluída” reivindique para si a autoria do espaço físico construído, mesmo quando esse espaço é considerado “posse ilegal”, e marcam assim sua presença no interior dessa cidade.

A luta pela posse da terra constitui um traço predominante em todo o processo de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu. A ocorrência de ocupações na malha urbana dessa cidade foi um elemento que transpassou toda a década de 1970, alargando-se na

década de 1980 por regiões mais distantes do atual centro, e sofrendo novas investidas no decorrer dos anos 1990. Na maioria das vezes, essas ocupações ocorreram em áreas que inicialmente não tinham qualquer valor no mercado imobiliário. Algumas dessas áreas até estavam incluídas em projetos de porte estruturais elaborados pelo poder público ou até mesmo empresarial, como a construção da avenida Beira-Rio,² mas efetivamente a cidade ainda estava sendo desenhada em seu traçado urbano, e isso criava um conjunto de áreas urbanas que efetivamente estavam longe das pretensões do poder público e empresarial.

No entanto, assim que a cidade passou a se definir enquanto centro de operações de enormes empreendimentos capitalistas, muito especialmente os investimentos na rede hoteleira e comercial, a ocorrência de ocupações em variados pontos da cidade desencadeou algumas ações da parte do poder público, visando, por um lado, estancar tais movimentos — esforço que se mostrou inútil naquele momento —, e por outro lado recuperar alguns territórios já perdidos nesse processo, ou pelo menos garantir um certo controle sobre eles.

Numa avaliação inicial, entendemos que esses movimentos de ocupação urbana podem ser pensados, em certo sentido, como propulsores do desenvolvimento urbano dessa cidade, e não “reflexo” dele, conforme considerou uma produção de cunho acadêmico bastante expressiva, e que discutiremos mais adiante. Afirmamos isso porque observando a trajetória urbana após a década de 1970, torna-se possível perceber o quanto essas ocupações estão imbricadas e são inerentes ao ritmo de desenvolvimento que se desencadeou a partir de então. Além disso, muitos dos planejamentos urbanos e projetos que foram desenvolvidos pelo poder público e empresarial, especialmente aquelas ações realizadas após os anos 1980, constituíram-se muitas vezes em respostas a esses movimentos de ocupações urbanas. As constantes readequações realizadas na cidade após a década de 1980 podem ser pesadas nessa direção.

Por outro lado, ao afirmar sua presença nessa cidade, esses movimentos populares também passaram a pressionar o poder público no sentido criar e garantir fóruns de negociação, projetos de moradia, saneamento básico, escola, saúde e outras políticas de caráter social. Até mesmo a eleição de Dobrandino Gustavo da Silva para a Prefeitura,

² A avenida Beira-rio foi um projeto elaborado à época da construção da Usina de Itaipu (1974-1991), e que deveria ligar diferentes regiões da cidade a partir de uma extensa avenida que deveria margear os rios Paraná e Iguaçu.

em 1985, pode ser situado como um marco na mudança das relações estabelecidas entre o poder público e a população dessa cidade.³

A ampliação dessas instâncias — tanto de fóruns de negociação, como da própria repressão — ocasionada, em grande parte, pela intensificação desses movimentos por moradia e trabalho, deixa claro o quanto foi significativa a intervenção operada por esses sujeitos no espaço público, obrigando as forças políticas, bem como o empresariado, a redefinir suas relações com essa população, estabelecendo novos pactos sociais, criando novos projetos, e até mesmo aparelhamento instituições militares e repressivas. Isso é importante sobretudo se considerarmos que esse processo se deu justamente num momento em que a cidade ganhava feições e contornos definitivos, crescendo em direção a novas áreas e terrenos de pequena densidade populacional. Isso significa dizer que esses setores populares foram, em grande parte, arquitetos da cidade, participando ativamente de sua construção e da definição de seus espaços sociais.⁴

A leitura desse processo social através do qual a cidade foi sendo constituída é, nesse sentido, bastante elucidativa. Contrapondo-se inicialmente a uma perspectiva memorialista presente em produções de caráter oficial, a leitura dos processos sociais

³ Dobrandino Gustavo da Silva concorreu pelo PMDB. Veio munido de uma retórica assistencialista e paternalista, a sua aproximação com populações empobrecidas da cidade acabou sendo decisiva em sua vitória nessa ocasião. Não podemos dizer que a eleição desse candidato tenha sido um trunfo desses movimentos populares, especialmente tendo em vista a enorme mobilização de partidos e entidades de esquerda que ocorria em âmbito nacional. Mas também não foi algo tão insignificante assim. A cidade até então vivia sob rígida intervenção federal, tanto pelo fato de ser considerada uma área de fronteira, mas principalmente por ter sediado a construção da ITAIPU, usina hidrelétrica visada simultaneamente por duas ditaduras militares, a brasileira e a paraguaia. O bloqueio à participação popular nas instâncias políticas era uma estratégia do próprio poder instalado de forma autoritária em ambos países. O candidato derrotado por Dobrandino na primeira eleição direta da cidade após 1964 era Tércio Albuquerque, do PDS, e que era ligado à Itaipu. Sua campanha foi financiada quase que integralmente pelos abundantes recursos provindos dessa empresa, o que tornou a eleição extremamente disputada. Com efeito, observa-se o peso decisivo que o voto popular assumiu nesse processo, o que garantiu, dentro dos limites do poder instituído, uma radical mudança no relacionamento entre o poder público e essa população.

⁴ Sem pretender idealizar a participação desses moradores, que certamente não ocorreu sem conflitos, as afirmações acima busca contrapor uma historiografia existente sobre a cidade que, ao vitimizar demasiadamente essa população, acaba também negando-lhe a autonomia de suas ações, ignorando a importância dessa intervenção, e reduzindo-a condição de meras reproduzidas da lógica de exploração e acumulação capitalista, e o espaço da cidade como retrato fiel das vontades de sua elite. Essa discussão não será explorada aqui, dada o diminuto formato do texto, mas cabe destacar uma idéia presente em um dos trabalhos produzidos sobre essa cidade, e que em certo sentido, aparece também em outros textos. Trata-se da Dissertação de Mestrado de Edson Belo C. Souza, na qual ele assume uma perspectiva que retira a autonomia da classe trabalhadora ou ignora suas ações na produção do espaço urbano, afirmando que “O estado é o principal agente modelador do solo urbano em Foz do Iguaçu.” (In: SOUZA, 1998, p.100). Em outro trecho similar, amplia tal perspectiva afirmando que: “O Estado, aqui representado pelo poder público local, também é responsável pela constituição de um novo arranjo espacial urbano. Em consonância com os interesses da classe dominante, o Estado cria condições para que a área central da cidade beneficie um grupo em detrimento de outro.” (Idem, p.103). Os desdobramentos da crítica que formulamos aparecem melhor desenvolvidas em outros trabalhos já apresentados anteriormente, e não cabe retomá-las pontualmente aqui..

impede que a cidade seja concebida apenas enquanto um acumulado de fatos levados a cabo por sujeitos harmônicos, agindo de forma complementar entre si. Ao contrário. A cidade aparece como um território em constante disputa, na qual atores sociais distintos buscam construir seu espaço e sua memória. Aqui, uma cidade aparentemente homogênea despedaça-se, trazendo ao cenário da atuação política sujeitos até então silenciados ou ignorados por sua memória oficial. Ao serem focalizados, essas memórias múltiplas rompem com qualquer pretensão de homogeneidade, harmonia e consenso, e passam a ser entendidas como produto social de sujeitos que disputam, ao seu modo, o direito de ordenar, ocupar e utilizar o espaço urbano de forma soberana. Nas palavras de Michel Pollack: “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (...)”. (POLLACK: 1989, 5).

Entendemos que a memória se constitui em um campo de disputa política extremamente conflituoso, no qual valores são projetados, elaborados e perpetuados. Para as classes dominantes, tem sido fundamental controlar a memória, estabelecendo quem, aquilo e como serão lembrados, e, em contrapartida, quem e o que deve ser esquecido. Nesse sentido, a construção dessa memória não apenas opera uma seleção entre aqueles que deverão ser lembrados e apresentados como “exemplos” a serem seguidos, mas também opera esquecimentos, negações, homogeneizações, tirando de cena aqueles sujeitos “indesejáveis”, subversivos e que, portanto, devem ser esquecidos.⁵ No caso, os sujeitos “exemplares” são apresentados a partir dos marcos do progresso e do desenvolvimento urbano da cidade, construídos por sua própria classe dominante a partir de suas memórias e valores, mas apresentados à cidade como sendo a própria “História” de todos os seus moradores. Segundo o historiador Marcos Silva:

A esse respeito, Benjamim (...) argumentou que os grupos dominantes, enquanto vencedores das lutas sociais em diferentes movimentos, agregam aos seus troféus de guerra um monopólio da memória como continuidade, metamorfoseada em vontade geral — da nação ou do povo, por exemplo. É por esse motivo que a

⁵ Recentemente, publiquei um artigo no qual analisava justamente essa relação existente entre a produção de “Memórias” oficiais e sua relação com a manutenção de uma estrutura de poder. Na ocasião, analisei a produção de marcos historiográficos hegemônicos que durante muito tempo pautaram boa parte da produção historiográfica e memorialista sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon, no interior do Paraná. A memória constituída não apenas reforçava lugares sociais, como também legitimava processos de exclusão urbana. Ao mesmo tempo, negava a existência de conflitos no espaço da cidade, e dava ares de “civilização” aos projetos levados a cabo pelo capital e seus empreendedores nesse espaço. Sem pretender fazer analogismos, dado que tratam-se de problemáticas diferentes, o que observamos é que em Foz do Iguaçu ocorre algo bastante parecido. Sobre o artigo citado ver: GONZALEZ: 2003/2004.

memória dominante pontua uma cronologia (seqüência temporal) e uma periodização (recortes naquela seqüência) com aspecto lógico e objetivo, tornando seus beneficiários senhores, também, do tempo social.

Tal processo nada tem de automático ou conspiratório. Sua elaboração requer articulações políticas em torno de um projeto de sociedade expressas publicamente através de diferentes suportes, em múltiplos lugares. Isso significa que modalidades de memória social se expressa a partir de personagens, acontecimentos, monumentos, objetos, narrativas, iconografias e outras tantas formas. (SILVA: 1995, 63-64).

Nessa perspectiva, o ato de ocupar territórios no interior da cidade assume uma forte conotação política, na medida em que esses moradores vão percebendo que o “fazer urbano” consiste em algo além do que simplesmente suprir suas carências mais imediatas. Uma ocupação urbana, ao perverter o sentido original dos planejamentos mais ambiciosos, reconstrói a feição da cidade, readaptando-a. Por isso, mesmo em espaços de moradias precárias e de pobreza extrema, como é o caso das ocupações, objeto do presente estudo — consideradas, por excelência, como “locais de exclusão” —, opera-se um processo de “inclusão”, na medida em que esse território é tomado como trincheira para uma luta mais abrangente. Seus moradores, à medida em que vão se fixando no lugar, passam a incorporar uma pauta mais ampliada de luta e reivindicação. Lucio Kowarick, em seu trabalho *Escritos Urbanos* avalia a dimensão e importância que essa luta cotidiana desempenha na construção da experiência social de luta e reivindicação:

É preciso insistir que os caminhos que levam ao encontro de experiências de luta fragmentadas jamais ocorrem naturalmente, como se houvesse uma vocação espontânea para a identificação de interesses. Ele se processa por meio de uma prática construída dentro de um dia-a-dia massacrante. Tudo leva a crer que o peso desse cotidiano funciona, no mais das vezes, como elemento desmobilizador, na medida em que a participação tem um custo imediato imensamente maior do que os resultados que se pretende atingir, sempre demorados e freqüentemente não obtidos. Contudo, a descrença e o cansaço presentes nas rotinas dos dias que sucedem entre a casa e o trabalho não impedem o surgimento de aglutinações que, em certos momentos, se transfiguram em mobilizações de maior vigor reivindicativo. Esses movimentos trazem no seu bojo uma seqüência de sociabilidades forjadas na vizinhança, na situação comum dos bairros desprovidos, nos atrasos dos transportes, nos acidentes e doenças, na identificação do companheiro de trabalho, e, não obstante, a diversidade de trajetórias, em certos conjunturas, acabam criando formas de solidariedade mais amplas e coletivas, quando então transparece um momento de fusão dos conflitos e reivindicações. (KOWARICK: 2000, 76-77).

Pensar o embate pelo direito de construir a memória como forma de “afirmação de lugares sociais” — e, portanto, de pertencimento — significa recuperar outro importante aspecto dessa luta: através dessa trama de conflituosos encontros, planejamentos, lutas e reivindicações, a cidade vai ganhando forma e sentido. E é esse o “sentido” que estamos buscando trazer através do diálogo com a experiência dos moradores.

O estudo dessas duas ocupações não resume em si a forma como o crescimento urbano de Foz do Iguaçu se deu. No entanto, entendemos que a ocorrência de ocupações no tecido urbano dessa cidade constitui parte importante das estratégias construídas por seus moradores na luta cotidiana pela sobrevivência e por esse “direito à cidade” e à “memória”. Por isso, mais do que um simples espaço de moradia ou depositário de pobres, marginais e miseráveis, essas ocupações estão sendo entendidas como uma trincheira através da qual muitos trabalhadores irão se rearticular e reelaborar suas estratégias de atuação e intervenção em outras dimensões do espaço urbano.

Entendemos que são nesses espaços de ocupação que esses trabalhadores foram produzindo e inscrevendo sua memória no mosaico urbano. Foi ali que novas noções sobre sua condição de sujeitos interventores na cidade vão sendo construídas, impulsionadas seja pela solução imediata e emergencial de suas necessidades infra-estruturais básicas (como moradia, saneamento, escola e trabalho), seja pela construção de uma consciência política (organizada coletivamente ou não, no ato da ocupação, ou mesmo na luta por melhorias no bairro), na qual solidificam e percebem sua condição de “pertencimento” a uma classe ou grupo social.

Também foram através dessas ocupações que esses sujeitos interviram e se inscreveram como autores da história dessa cidade, lutando assim pelo direito de construir e ordenar o espaço ao seu modo e para suprir suas necessidades, manifestando essa condição quando insistiram em ocupar “lugares proibidos” como áreas verdes (destinadas à preservação ambiental) ou áreas estratégicas, militar e/ou economicamente (como as ocupações realizadas nas barrancas do rio Paraná, estratégicas para a Marinha e para a Polícia Federal, ou aquelas ocorridas na área central, estratégicas para a indústria turística e para o comércio).

A partir desses embates em torno da própria construção de uma memória coletiva torna-se possível perceber a natureza das forças antagônicas que vêm disputando a hegemonia e o controle dessa cidade. Também é através da elaboração de memórias que esses moradores vão construindo núcleos de combate e resistência a hegemonia de grupos economicamente dominantes, deixando claro a natureza de sua luta à medida em

que vão definindo identidades e noções de classe, reivindicando para si o direito de ordenar e transformar a cidade ao seu modo e de acordo com suas necessidades, muitas vezes, à revelia da vontade dos grupos que estão no poder..

Bibliografia

- BARBOSA, Ivone Cordeiro. “A Experiência Humana e o ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.17, nº 33, 1997, pp.293-305.
- KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.
- SILVA, Marcos. *História: o prazer em Ensino e Pesquisa*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- SOUZA, Edson Belo Clemente. *A Região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. Florianópolis/SC: UFSC, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Raphael. “Teatros de Memória”. In: *Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo: PUC, 1997.